

COMUNICADO CONJUNTO

ASCEF | ASSIFECO | FECTRANS/SNTSF | FENTCOP | SINAFE | SINDEFER
SINFA | SINFB | SINTTI | SIOFA | SNAQ | STF | STMEFE

13 de Julho de 2026

PONTO DE SITUAÇÃO DO PROCESSO NEGOCIAL

Como é do conhecimento de todos os trabalhadores, a CP procedeu à aplicação dos aumentos salariais de 2026 sem que tivesse sido alcançado qualquer acordo com as organizações sindicais. Posteriormente, a empresa decidiu reabrir o processo negocial, limitado à revisão de algumas cláusulas de expressão pecuniária do Acordo de Empresa.

Ao longo dos últimos anos, as remunerações dos trabalhadores da CP perderam poder de compra e competitividade, situação que tem contribuído para a crescente dificuldade em reter trabalhadores e em atrair novos profissionais para a empresa.

Em 2024 foi desenvolvido um processo extraordinário de negociação que permitiu uma importante valorização das grelhas salariais. Contudo, uma parte significativa da remuneração dos ferroviários continua dependente de diversos abonos, prémios e outras cláusulas de natureza pecuniária que permaneceram congeladas durante muitos anos, encontrando-se hoje profundamente desatualizadas.

Foi precisamente para corrigir essa realidade que as organizações sindicais encararam este novo processo negocial com sentido de responsabilidade e espírito construtivo, apresentando propostas que permitissem uma valorização efetiva das condições remuneratórias dos trabalhadores.

Infelizmente, após várias reuniões negociais, verificou-se que as propostas apresentadas pela Administração da CP continuam muito aquém das necessidades identificadas e das legítimas expectativas dos trabalhadores. A empresa mantém uma margem negocial manifestamente insuficiente e continua a pretender adiar a produção de efeitos das atualizações para setembro.

Na sequência da última reunião realizada em 1 de julho, tornou-se evidente que, mantendo-se os atuais pressupostos da negociação, dificilmente será possível alcançar resultados que correspondam às justas expectativas dos trabalhadores.

Perante este cenário, as organizações sindicais comunicaram à Administração da CP que:

- Os últimos valores apresentados pela empresa deverão ser aplicados com efeitos retroativos a 1 de julho de 2026, e não apenas a partir de setembro, assegurando uma valorização imediata das componentes remuneratórias abrangidas;
- Deve ser antecipado o processo de revisão do Acordo de Empresa, permitindo discutir, de forma global, séria e sem limitações artificiais, todas as cláusulas de expressão pecuniária e as restantes matérias estruturantes que influenciam as condições de trabalho e a valorização das carreiras dos trabalhadores da CP.

As organizações sindicais continuarão disponíveis para negociar soluções que permitam uma efetiva valorização dos trabalhadores da CP, mas não aceitarão processos negociais que se limitem à distribuição de verbas manifestamente insuficientes ou ao adiamento da aplicação das medidas necessárias.

Os trabalhadores continuarão a ser informados sobre a evolução deste processo.

